

**LISBOA, SÉCULO XVIII, AULA DO COMÉRCIO E UM DISCURSO DE UM PROFESSOR
DE CONTABILIDADE**

Miguel Gonçalves
ISCA de Coimbra, Portugal

Área Temática: E) História da Contabilidade

Palavras-chave: História da Contabilidade, Século XVIII, Lisboa, Aula do Comércio, Sales.

LISBOA, SÉCULO XVIII, AULA DO COMÉRCIO E UM DISCURSO DE UM PROFESSOR DE CONTABILIDADE

RESUMO

A comunicação apresentou o discurso inaugural pronunciado em Lisboa em 21 de Agosto de 1776 por Alberto Jaquéri de Sales (1731-1791), professor da Aula do Comércio (AC). Nesse ano, a AC promovia o seu quinto curso, aquele que veio a registar o maior número de alunos matriculados da história da instituição, 307 no total. A literatura contém diversas referências a este documento impresso em 1776 mas, por circunstâncias que desconhecemos, o opúsculo parece não constar do acervo documental das principais bibliotecas nacionais; e tampouco a localização do folheto é fornecida pela literatura de forma precisa, pelo menos tanto quanto é do nosso conhecimento. Este trabalho visou mostrar à comunidade o documento que persiste mais ou menos desconstruído com a história da Contabilidade portuguesa e que se localizou no Catálogo de Miscelâneas da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. Aproveitou-se também a oportunidade para dar conhecimento de uma fotografia da AC, datada de 1894, que se crê inédita no âmbito do tema AC, e que mostrou o edifício em Lisboa onde a escola foi instalada e funcionou de 1759 a 1768.

LISBON, 18TH-CENTURY, SCHOOL OF COMMERCE AND A SPEECH BY AN ACCOUNTING PROFESSOR

ABSTRACT

The article presented the inaugural speech in Lisbon on 21 August 1776 by Alberto Jaquéri de Sales (1731-1791), professor at the School of Commerce (SC). In 1776, the SC was promoting her fifth course, the one who came to register the highest number of students enrolled in the institution's history, 307 in total. The literature contains several references to this printed document in 1776 but, due to unknown circumstances, the brochure does not seem to appear in the documentary collection of the main national libraries; nor is its location provided by the literature accurately, at least to the best of our knowledge. This study aimed to show the document that persisted mismatched with the history of Portuguese accounting and which was located in the Miscellaneous Catalog of the General Library of the University of Coimbra. The article also gave notice of a photograph of the SC, dated 1894, which is believed to be unprecedented under the theme SC. The photograph shows the building in Lisbon where the school was to be installed in 1759 and where it has operated to 1768.

KEYWORDS: Accounting History, 18th century, Lisbon, School of Commerce, Sales.

1. INTRODUÇÃO

Uma das etapas mais bem estudadas da história da contabilidade portuguesa parece ser a segunda metade do século XVIII, por oposição ao período anterior a 1750, época em que, de acordo com Rodrigues, Gomes e Craig (2003, p. 100), existiam poucos contabilistas (guardalivros) nacionais e os mercadores portugueses que havia desconheciam quase totalmente o sistema das partidas dobradas.

É geralmente aceite que o ano de 1750 marca um antes e um depois na história da contabilidade portuguesa. Isto fica a dever-se ao início do reinado de D. José e à presença no seu governo de uma das figuras políticas mais controversas da história política e social portuguesa, Sebastião José de Carvalho e Melo (mais conhecido por Pombal). A figura de Pombal tem dominado o estudo do século XVIII português ao ponto de a grande maioria dos historiadores o dividir em três fases: antes, durante e depois de Pombal (Macedo, 1971, p. 415). De um ângulo contabilístico, a afirmação precedente é igualmente válida. A contribuição deste governante para a sociedade setecentista portuguesa cruzou muitas disciplinas, incluindo a física, a química, a arquitetura, a sismologia, a viticultura e, o que é mais impressionante para o contexto deste artigo, a contabilidade.

Numa asserção conhecida, Gonçalves da Silva (1984, pp. 509-510, 1985, p. 232) sublinhou que na história da contabilidade portuguesa a época de Pombal pode qualificar-se de revolucionária, porque as providências governativas respeitantes à matéria que então se tomaram modificaram sobremaneira o panorama contabilístico nacional. Uma dessas medidas legislativas prende-se com a área do ensino público da contabilidade por partidas dobradas. Malgrado Portugal não poder considerar-se um país que tenha desenvolvido um pensamento contabilístico original (Hernández Esteve, 2013, p. 443), pode orgulhar-se de, em princípio, ter sido a primeira nação a implementar uma escola pública na qual se ensinasse esse saber prático, a Aula do Comércio, em 1759 (Rodrigues, Gomes e Craig, 2004). Esta escola encontra-se hoje historicamente muito bem documentada, sendo vastíssima a literatura produzida nos últimos anos, especialmente a partir dos trabalhos seminais de Santana (1986a,b,c, 1987a,b,c,d, 1988) e de Rodrigues *et al.* (2004), este último dando a conhecer pela primeira vez à comunidade internacional de historiadores da contabilidade, por via da publicação na conceituada revista de referência *Accounting History*, a escola que Pombal fundou na capital portuguesa em 1759.

Todavia, como em qualquer área de conhecimento, existem lacunas e vazios por preencher. Um destes *gaps* da literatura prende-se com a inventariação, catalogação e estudo de documentos relacionados com os professores e os alunos da Aula do Comércio (e.g.: postilas, lições, manuscritos, aulas, discursos). Neste contexto, o artigo pretende responder, em parte, ao repto de Rodrigues, Carqueja e Ferreira (2013, p. 43) para que se proceda à “inventariação e caracterização de todos os manuscritos [e demais documentação] baseados em notas de lições existentes nas bibliotecas portuguesas”. O artigo ambiciona subsidiar essa empreitada. Por conseguinte, o seu principal objectivo consiste na apresentação inédita de um documento que, por qualquer motivo, persiste mais ou menos desconhecido com a história da contabilidade de língua portuguesa e que se localizou na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra: o discurso inaugural de Alberto Jaquéri de Sales, por ocasião da abertura do quinto curso da Aula do Comércio, em 21 de Agosto de 1776. O estudo também intenta incrementar o conhecimento contabilístico por intermédio da publicação de uma fotografia da Aula do Comércio, que se crê inédita neste domínio.

Investigações acerca da Aula do Comércio e dos seus assuntos colaterais afiguram-se importantes e têm interesse por três ordens de razão. Primeiro, porque a escola ajudou a criar um corpo de profissionais qualificados instrumentais para a difusão das partidas dobradas em Portugal (Gomes, 2007, p. 7). Depois, porque os actuais Técnicos Oficiais de Contas (futuros Contabilistas Certificados) vêm desenvolvendo um gosto cada vez maior pelas origens da sua profissão em Portugal, a que não será alheio o financiamento da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, nos primeiros anos da década transacta, de um projecto inédito de investigação no âmbito da instituição da Aula do Comércio (cf. Rodrigues, 2009, p. 119). E, por último, porque a questão do ensino da contabilidade e da primeira escola no

mundo a ministrá-lo em termos públicos representa um tema que capta a atenção dos estudantes de contabilidade, podendo até dizer-se que a primeira literatura no âmbito da história da contabilidade a que por norma dedicam ponderação é a relativa à Aula de Comércio de Lisboa. Assim, o artigo contribui para que, tanto profissionais, como estudantes de contabilidade, possam manter vivo o interesse pela origem e circunstâncias contextuais iniciais da actual e futura profissão, com a convicção de que o conhecimento do passado, além de contribuir para o enriquecimento cultural da disciplina, ajuda a preparar e a sustentar o futuro.

Depois da introdução, a ordem de trabalhos prossegue com a segunda secção, dedicada ao período de ouro da contabilidade em Portugal. A terceira secção apresenta uma síntese da Aula do Comércio e a quarta identifica o vazio que este artigo projecta preencher. A quinta secção apresenta o discurso do lente Sales e por fim apresenta-se a conclusão.

Um esclarecimento é devido: seguiu-se como regra actualizar a ortografia e a pontuação em citações de documentos antigos e traduzir todas as citações em língua estrangeira constantes neste artigo.

2. O PERÍODO DAS LUZES DA CONTABILIDADE PORTUGUESA (1755-1773)

Portugal assistiu no século XVIII a uma mudança na contabilidade das empresas privadas e de alguns organismos públicos, em razão de o governo ter manifestado o seu poder coercivo para a imposição da contabilidade por partidas dobradas nos estatutos de algumas organizações privadas e públicas (Gomes, 2007, pp. 222-223).

A contribuir para o epíteto de *período das luzes* da história da contabilidade em Portugal estará decerto o arco cronológico correspondente ao governo (1750-1777) de Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), uma fase que, segundo Faria (2005, p. 216), Gomes (2007, p. 11, 119) e Gonçalves e Marques (2015, p. 241), ficou marcada por uma série de acontecimentos que permitiram um grande desenvolvimento da contabilidade. Sobre este assunto colhem-se, cronologicamente, diversos exemplos concretos, a saber:

— o estabelecimento da Junta do Comércio, em 1755 (Ratton, 1813, pp. 258-282; Macedo, 1982, pp. 74-75; Serrão, 1982a, pp. 129-130; Macedo, 1984, pp. 106-108; Rodrigues *et al.*, 2003, p. 101, 103, 106; Gomes, 2007, pp. 120-121; Gonçalves, 2011, pp. 5-6; cf. também os estatutos da Junta do Comércio);

— a formação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, em 1755 (Ricardino e Martins, 2004; Pinto, 2008, 2009; Rodrigues, Ricardino e Martins, 2009; Pinto e West, 2012; ver também os estatutos gerais desta empresa);

— a fundação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, em 1756 (Sousa e Pereira, 2008; Oliveira, 2009; Oliveira, 2013; cf. também os estatutos desta sociedade);

— o estabelecimento da Real Fábrica das Sedas, em 1757, depois da falência em 1750 da Companhia da Fábrica das Sedas (Neves, 1827; Moreira, 1983; Rossa, 1998; Magalhães, 2010; vejam-se também os estatutos gerais desta corporação);

— a publicação em língua portuguesa do primeiro livro de contabilidade por partidas dobradas, por João Baptista Bonavie em 1758, sob o título *Mercador Exacto nos Seus Livros de Contas... pelos Princípios das Partidas Dobradas* (Pequito, 1875, p. 143; Gordon, 1937, p. 46; Martins, 1944, p. 263, Martins, 1960, p. 16; Gonçalves da Silva, 1948a, p. 22, 1948b, pp. 226-227; Stevelinck, 1970, p. 63; Vlaemminck e González Ferrando, 1961, p. 232; Lopes Amorim, 1968, p. 122; Yamey, 1969, p. 581; Carqueja, 2000, p. 206; Guimarães, 2005, p. 509; Gomes, 2007, p. 23, 156, 218, 223; e, por todos, veja-se a seminal contribuição de Carqueja, 2011);

— a instituição da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, em 1759 (Júnior, 2004; Rodrigues e Sangster, 2012; cf. também os estatutos gerais desta companhia);

— a fundação da Aula do Comércio, em 1759 (Ratton, 1813, pp. 252-258; Ribeiro, 1871, pp. 273-281; Martins, 1937, 1960; Azevedo, 1961; Santana, 1970b, 1974, 1985, 1986a,b,c, 1987a,b,c,d, 1988a; Cardoso, 1984; Ferreira, Kedsle e Freitas, 1995; Caiado,

2000; Gomes, 2007; Estevens, 2009; Machado, 2009; Gonçalves, 2010a,b,c,d, 2011; Lira, 2010, 2011; Ricardino, 2012; e, por todos, Rodrigues e Gomes, 2002; Rodrigues e Craig, 2004, 2009; Rodrigues *et al.*, 2004 (leiam-se também, com muita utilidade, os estatutos da Aula do Comércio);

— a introdução da contabilidade por partidas dobradas nas quatro contadorias-gerais do Erário Régio, em 1761 (Rodrigues, 1996a,b,c,d,e, 2000, 2011a,b; Gomes, Carnegie e Rodrigues, 2008, 2014; e, por todos, Gomes, 2007) (estude-se também a Carta de Lei de 22 de Dezembro de 1761);

— a criação da Companhia Geral das Reais Pescarias do Reino do Algarve, em 1773, uma sociedade por acções cuja escrituração nos livros deveria efectuar-se pelo mesmo método mercantil que se achava estabelecido nas demais companhias pombalinas, isto é, as partidas dobradas (cf. a condição II do Alvará de 15 de Janeiro de 1773, lei de fundação da entidade).

De permeio, cumpre salientar que Pombal esteve directamente ligado à formação de quatro sociedades monopolistas por acções, todas elas com prestação de contas segundo a contabilidade por partidas dobradas: Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, 1755; Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, 1756; Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, 1759 (de longe a maior de todas elas, em termos de capital social); e Companhia Geral das Reais Pescarias do Reino do Algarve, 1773. O governante era sempre o primeiro subscritor [signatário proponente] das companhias gerais que ajudou a fundar (Marcos, 1997, p. 383), tal como em França o foi Jean-Baptiste Colbert (1619-1683), secretário de Estado de Luís XIV, nas companhias privilegiadas por si fundadas (Rodrigues *et al.*, 2009, p. 424).

Neste quadro socio-económico, Pombal compreendeu que em termos de instrução prática seria necessário equipar e apetrechar as infra-estruturas que ajudou a promover, dotando-as de técnicos capazes de colocar em marcha o seu plano de desenvolvimento e recuperação do país face ao atraso que experimentava a partir do final do reinado de D. João V. A competência de que muitos destes profissionais beneficiaram foi proporcionada pela Aula do Comércio.

3. A AULA DO COMÉRCIO, JOÃO HENRIQUE DE SOUSA (1720-1788) E ALBERTO JAQUÉRI DE SALES (1731-1791) – SÍNTESE

Em Portugal, em meados do século XVIII, ocorreu uma interessante e inovadora experiência escolar associada ao ensino da contabilidade: a fundação da Aula do Comércio. Em 1759, Pombal e a Junta do Comércio, sob a presidência do provedor José Francisco da Cruz (1717-1768) (Gonçalves, 2013a,b; Gonçalves e Marques, 2015), fundam em Lisboa, perto do actual Largo do Rato, mais concretamente na contemporânea Rua da Escola Politécnica, uma escola pública de comércio e de escrituração comercial pelo método das partidas dobradas.

Integrada num contexto de reformas pombalinas ocorridas na educação no reinado de D. José, justamente cognominado *O Reformador*, este estabelecimento, como comenta Rómulo de Carvalho (2008, p. 458), “representou, cronologicamente, a primeira providência tomada pelo ministro de D. José [Pombal] para ocorrer às necessidades do nosso ensino”. A relevância para a história da contabilidade da fundação da Aula do Comércio advém essencialmente da circunstância de nela ter sido ensinada escrituração comercial por partidas dobradas pela primeira vez em Portugal.

A Junta do Comércio e a Aula do Comércio fizeram ambas parte da estratégia do Marquês de Pombal para o aumento do desenvolvimento económico do reino, em linha com as directrizes iluministas da época, as quais advogavam a existência de recursos humanos qualificados, tanto para o sector público, como para o privado (Almodovar e Cardoso, 2012, p. 190). É geralmente aceite que a Aula do Comércio constitui um produto do iluminismo português (ver, por exemplo, Rodrigues *et al.*, 2004, p. 65, 2013, p. 8); ela foi instrumental para a concretização do plano de Pombal que apontava ao crescimento do comércio externo nacional, sendo determinante para a formação dos profissionais de contabilidade que vieram

a dar apoio às instituições que corporizaram esse objectivo, em particular a Junta do Comércio (contadoria e secretaria), o Erário Régio, a Real Fábrica das Sedas e, bem se vê, as companhias de comércio monopolistas. Neste passo, mais não fazemos do que acompanhar com casos concretos a síntese certa de Rodrigues *et al.*, (2004, p. 64): “Os graduados da Aula do Comércio contribuíram para facilitar o crescimento das transacções comerciais entre Portugal e o mercado externo. Pombal [...] não poderia ter fundado as grandes companhias gerais de comércio se Portugal não dispusesse de um fluxo contínuo de diplomados desta escola”.

Sob outro ângulo, eram dois os grandes grupos de disciplinas que se ministravam na Aula de Comércio: (1) a aritmética comercial e suas aplicações (pesos, medidas, câmbios, seguros, fretamentos, comissões); e (2) a escrituração comercial (contabilidade) pelo método das partidas dobradas (ver Estatutos da Aula do Comércio; parágrafo 15). A Geometria também veio a ser ensinada, a partir do primeiro curso, ainda que em termos oficiais não fizesse parte dos estatutos da Aula.

3.1 O primeiro professor, João Henrique de Sousa (1720-1788)

O primeiro lente da Aula do Comércio foi João Henrique de Sousa (1720-1788), natural de Setúbal (Santana, 1970a, p. 4). A literatura reconhece o papel deste professor como um dos principais agentes da mudança contabilística operada em Portugal em meados da centúria de setecentos, sendo de assinalar com particular autoridade os trabalhos de Santana (1970a, 1974, 1988a), Gomes (2007), Rodrigues e Craig (2009, 2010) e a contribuição seminal de Carqueja (2010), esta acerca de um manuscrito elaborado por João Henrique de Sousa para apoio à Aula do Comércio, o qual contém as matérias de escrituração comercial por partidas dobradas e de aritmética aplicada ao comércio, por esta ordem.

As resenhas mais frutíferas sobre o ponto de vista crítico-interpretativo da biografia de João Henrique de Sousa acham-se em Rodrigues e Craig (2009, pp. 386-390) e Rodrigues e Craig (2010, pp. 48-51). Segmentando a sua vida em três períodos, antes de 1756, durante o consulado pombalino como Primeiro-Ministro (1756-1777) e depois do governo de Pombal (depois de 1777), as duas investigações precedentes dão-nos a conhecer, entre outros aspectos, que João Henrique de Sousa começou a trabalhar aos 12 anos numa casa comercial italiana em Lisboa, na qual ficou cerca de nove anos, trabalhou como guarda-livros na Companhia de Macau e viajou em negócios pela Argentina e Brasil, antes de ser nomeado oficialmente inspector (auditor) da Contadoria da Junta do Comércio e primeiro professor da Aula do Comércio de Lisboa.¹

Um panegírico anónimo, impresso em 1764, noticiava que João Henrique de Sousa era em 1758 o mais capaz de entre os portugueses de subir à cadeira da nova aula para ensinar com método fácil tudo quanto da arte do comércio podia servir para utilidade pública, extraíndo o corpo do comércio todas as conveniências que quase todos os negociantes ignoravam (Anónimo, 1764, p. 10). Existem, pois, evidências tangíveis de que o perfil de Sousa, um profissional viajado e conhecedor de assuntos de comércio internacional, foi considerado por Pombal como ideal para dar início ao seu projecto de educação comercial e contabilística de uma classe até ali muito pouco ilustrada.

Pedreira (1995, p. 166) documenta João Henrique de Sousa como um dos 100 grandes negociantes no período pombalino, fazendo parte da elite comercial da segunda metade do século XVIII português. A influência deste tecnocrata da contabilidade estendeu-se ao reinado de D. Maria I, porquanto foi nomeado provedor da Junta do Comércio em 1780 (Gonçalves *et al.*, 2013). Entre Maio de 1781 e Fevereiro de 1786 ele atingiu a cúpula do Erário Régio, como tesoureiro-mor desta repartição pública criada em 1761 (Franco e Paixão, 1995, p. 54).

¹ Em parêntesis, cumpre esclarecer que este parágrafo foi retirado, na íntegra, de Gonçalves, Lira e Marques (2013, p. 158).

Ainda que a literatura reconheça a importância de João Henrique de Sousa na difusão das partidas dobradas em Portugal, acreditamos que o seu papel, em termos de ensino oficial da contabilidade, possa estar a sobrevalorizado, posto que ele não completou o 1.º curso da Aula do Comércio (1759-1763). De facto, João Henrique de Sousa foi nomeado escrivão do tesoureiro-mor do Erário Régio em 29 de Dezembro de 1761, tomando posse em 11 de Janeiro de 1762 (ver a reprodução fac-símile do termo de posse dada por Pombal a João Henrique de Sousa em Franco e Paixão, 1995, p. 55), um ofício incompatível com o magistério exercido na Aula do Comércio.

Esta circunstância leva Santana (1986c, p. 26, 30) e Carqueja (2010, p. 24, 27) a cenarizarem a hipótese muito plausível de que Sousa não chegou a leccionar contabilidade por partidas dobradas na Aula do Comércio de forma integral, embora possa ter preparado o texto sobre as partidas dobradas (*Arte da Escritura Dobrada*) que mais tarde em 1762 e 1763 o seu sucessor Alberto Jaquéri de Sales leu e ditou na parte final do 1.º curso (Janeiro de 1762 a Maio de 1763). Sousa fora nomeado lente da Aula do Comércio e auditor da contadoria da Junta do Comércio em Julho de 1758, pelo que parece lícito concluir que desde então iniciou a tarefa de elaboração dos dispositivos pedagógicos de apoio ao estudo a utilizar na escola que, a partir de Dezembro de 1756, se sabia que seria estabelecida em Lisboa.

A evidência mais robusta que sustenta esta tese encontra-se no documento de 1764 já referido. Nele, o autor observa que João Henrique de Sousa ensinou na Aula do Comércio os fundamentos da Aritmética Comercial, logo na 1.ª parte do curso (Anónimo, 1764, p. 12); depois passou à leccionação dos elementos de Geometria, em especial as aplicações práticas relacionadas com o cálculo das quantidades e do volume das carregações que Portugal faria em termos de comércio externo, em especial para o Brasil (Anónimo, 1764, p. 15); e, “cuidadosamente aplicado a este grande trabalho se achava o senhor João Henrique de Sousa” quando foi chamado por D. José para exercer no Erário Régio, removendo-o do magistério na escola (Anónimo, 1764, p. 16). Alzira Moreira², uma antiga primeira-bibliotecária e arquivista do Tribunal de Contas, instituição sucessora do Erário Régio, revela-nos que Sousa foi o responsável pela elaboração do plano de escrituração contabilística do Erário em partidas dobradas, segundo o sistema mercantil usado no comércio (Moreira, 1977: pp. x-xi).

Sousa preparou as lições da Aula do Comércio (*Aritmética, Geometria e Escritura Dobrada*) para futura impressão por parte da Junta do Comércio, ditou algumas (*Aritmética e Geometria*, por certo) e deixou prevenidas as restantes, que Sales leu, na íntegra ou em grande parte. Esta é, pelo menos, a sugestão deixada pela leitura de um excerto do texto que temos vindo a seguir: “à custa das horas de descanso se achariam prontas para se entregarem ao prelo as importantes lições que ele [Sousa] ditou e tinha prevenido, para por meio delas fazer utilíssimos progressos à nobilíssima arte do comércio” (Anónimo, 1764, pp. 16-17).

Em 1765, João Henrique de Sousa viu recompensadas as suas qualidades pelo ensino da Aula do Comércio e pelo ofício de escrivão do tesoureiro-mor no Erário Régio; nesse ano foi-lhe atribuída a mercê do hábito de Cavaleiro da Ordem de Cristo (Rodrigues e Craig, 2009, p. 389), a mais elevada condecoração social em Portugal no Antigo Regime. A ascensão de Sousa à nobreza, pela via do hábito concedido, resultou da preferência de Pombal pela nobilitação dos grandes comerciantes, mas também daqueles que prestavam serviços civis excepcionais a Portugal. Tratou-se efectivamente deste último caso, o de uma recompensa pelo mérito civil e do candidato, tanto mais que o prémio não foi atribuído de forma directa em função da detenção de 10 acções das empresas pombalinas, como advogavam os estatutos societários das companhias gerais de comércio. Neste capítulo, sabe-se que João Henrique de Sousa não fez parte das listas de accionistas das companhias pombalinas.

Como quer que seja, os trabalhos sobre as origens da profissão de contabilista e, concretamente, sobre os primeiros professores de instrução comercial e contabilística, assumem-se importantes para a prática, porque qualquer domínio de conhecimento para se

² Esta profissional e investigadora executou, em trabalho de grande fôlego, a tarefa de inventariação do espólio documental do Erário Régio, 5369 códices no total.

afirmar e ser reconhecido pela sociedade tem de ter uma identidade própria consubstanciada pelos homens/mulheres que lhe dedicaram o seu labor intelectual e profissional. Nestes termos, o segundo professor da Aula do Comércio foi, de 1762 a 1784, Alberto Jaquéri de Sales.

3.2 O segundo professor, Alberto Jaquéri de Sales (1731-1791)

São fornecidos pela literatura seis trabalhos indispensáveis ao estudo bio-bibliográfico de Sales: Santana (1974, 1986c, 1988), Cardoso (1984) e Rodrigues e Craig (2009, 2010). Estas pesquisas permitem-nos retirar a conclusão de que os perfis de Sousa e Sales são semelhantes (Rodrigues e Craig, 2010, p. 44).

Durante o seu exercício de 22 anos (1762-1784), o lente Sales foi o responsável pelo auge da Aula do Comércio, tanto em termos de influência e reconhecimento social, como em afluência de alunos. Acredita-se que Sales ter-se-á estabelecido em Lisboa por volta de 1755 (Santana, 1988, pp. 23-24; de onde são extraídas todas as informações constantes deste parágrafo, salvo indicação em contrário). Era suíço de nascimento, mas naturalizou-se português em 1758 (Almodovar e Cardoso, 2012, p. 191). A sua colaboração com a Junta do Comércio iniciou-se em 1760, com a nomeação para auditar as contas do contrato do tabaco no Porto de um comerciante que entretanto falira, Feliciano Velho Oldemberg, homem de negócios português com ascendência alemã. Foi agraciado com a mercê do hábito de Cavaleiro da Ordem de Cristo em 1770 e nomeado em 1771 director da Real Fábrica das Sedas. Também foi fiscal (auditor) de duas fábricas na Covilhã.

Sales não fez parte dos 100 maiores negociantes do período pombalino. A sua competência era reconhecida pelo governo ao ponto de ser ele quem, de 1769 a 1779, averiguava a capacidade de escrituração por partidas simples dos mercadores candidatos à abertura de estabelecimentos de retalho em Lisboa.

Com excepção dos dois discursos proferidos por ocasião da inauguração de cursos da Aula do Comércio, em 1771 e 1774, Sales não publicou qualquer obra. O que sabemos do seu ensino é o que se pode apurar através dos apontamentos copiados pelos alunos que frequentaram as suas lições. As suas lições manuscritas, em especial a *Notícia Geral do Comércio* e a *Notícia Geral da Escritura Dobrada*, influenciaram centenas de alunos, tanto em economia política como em contabilidade. Ribeiro (1876, p. 17) referia que em 1834 os exames da Aula do Comércio ainda versavam sobre a *Notícia Geral do Comércio*. O tomo I *Guarda-Livros Moderno* (1815), de Cabral de Mendonça (antigo aluno da aula), e a *Postilla do Comércio*, impressa em Paris pelo autor J.M.P e S., em 1817, são uma cópia da *Notícia Geral do Comércio*, mudando apenas a ordem das lições e omitindo-se uma ou outra.

Para utilidade dos estudos da Aula, Sales traduziu e adaptou para o caso português, a expensas da Junta do Comércio, um clássico de comércio da época: o *Dicionário Universal de Comércio*, de Jacques Savary des Bruslons, filho de Jacques Savary.

Sales foi demitido em 1784 pela Junta do Comércio, órgão no qual pontificava como provedor João Henrique de Sousa. Não obstante, como argumentam Rodrigues e Craig (2009, 2010), Alberto Jaquéri de Sales foi um funcionário instrumental para o governo e os seus manuscritos e lições revelaram-se essenciais para a disseminação e implementação da ideologia mercantilista pombalina.

3.3 Os principais indicadores de análise

A tabela 1 seguinte sintetiza as principais características da Aula do Comércio relativas ao século XVIII:

Tab. 1: Características principais da Aula do Comércio (século XVIII)

Elaboração própria

#	Indicador	Análise	Comentários
---	-----------	---------	-------------

1	Data de fundação	19 de Maio de 1759	Data do alvará de confirmação dos estatutos pelo rei.
2	Data de proposta dos estatutos	19 de Abril de 1759	Os estatutos teriam de ser aprovados por disposição régia, o que sucedeu precisamente um mês depois.
3	Período de actividade	1759-1844	Em 1844, a escola foi anexada ao Liceu de Lisboa, como sua secção comercial.
4	Provedor da Junta do Comércio	José Francisco da Cruz	Conhecido elemento da família <i>dos Cruzes</i> , muito protegida por Pombal. Era o provedor da Junta do Comércio à data da fundação da Aula do Comércio.
5	Localização	Lisboa	A escola mudou de localização diversas vezes, mas funcionou na Praça do Comércio a maior parte da sua existência. Todavia, a primeira morada da Aula do Comércio não foi na Praça do Comércio.
6	1.ª morada da Aula do Comércio	Palácio dos Soares de Noronha	De 1759 a 1768 (1.º curso, 2.º curso e parte do 3.º curso) esteve situada na Rua da Fábrica das Sedas, à Cotovia (actual Rua da Escola Politécnica, em Lisboa). Freguesia de Santa Isabel. O Palácio Soares dos Noronhas também era conhecido pelas seguintes designações, de entre outras: Solar dos Soares de Noronha, Palácio dos Noronhas, Solar dos Soares da Cotovia e Solar dos Soares. A Junta do Comércio estava também aqui instalada desde 1758. A renda do edifício era paga a favor do proprietário Rodrigo de Noronha e Meneses e era, em 1762 de 1:250\$000 réis/ano (Santana, 1970b). Defronte, a partir de 1766, situava-se o Colégio Real dos Nobres.
7	Data de abertura	1 de Setembro de 1759	D. José não marcou presença, mas Pombal sim, bem como todos os membros da Junta do Comércio (Sales, 1761, t. 1, fólio 214). Estiveram presentes também os membros do governo de D. José, colegas de Pombal no executivo (Sales, 1761, t. 1, fólio 214). O governo de D. José era composto, em 1 de Setembro de 1759 por: Pombal (secretário de Estado dos Negócios do Reino [na verdade, ainda era Conde de Oeiras, apenas]; Luís da Cunha Manuel (secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Guerra); Tomé Joaquim da Costa Corte Real (secretário de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos); e Francisco Xavier de Mendonça e Furtado (secretário de Estado adjunto de Pombal; este governante era irmão de Pombal).
8	Duração dos cursos	3 anos	O tempo de aprendizagem era inicialmente de 3 anos. Em 1794 a duração passa a 2 anos (Santana e Sucena, 1994, p. 114), independentes entre si.
9	Estrutura curricular	Aritmética, Geometria e Contabilidade. Noções de comércio. Economia Política.	A Aritmética também se estudava com aplicações ao comércio: redução de pesos, redução de medidas estrangeiras, câmbios, moedas, seguros, fretamentos, comissões, juro composto. A Geometria também se ensinava, mas não vinha referida nos estatutos.
10	Contabilidade por partidas dobradas?	Sim	Matéria obrigatória, em conformidade com os estatutos. Os alunos aplicavam-se no Borrador, Diário, Razão e Livros Auxiliares.

3.4 Primeiro local de funcionamento

Como foi dito, a primeira morada da escola foi no Palácio dos Soares de Noronha, na freguesia de Santa Isabel, na antiga Rua da Fábrica das Sedas. Neste local funcionou a Aula do Comércio no período 1759 a 1768, portanto, ali tiveram lugar os dois primeiros cursos da aula e parte do terceiro, iniciado em 1767. O edifício, arrendado pela Junta do Comércio, localizava-se concretamente na confluência das antigas Rua (Direita) da Fábrica das Sedas (actual Rua da Escola Politécnica) e Travessa do Pombal (actual Rua da Imprensa Nacional).

No início de 1769 a escola foi mudada para a Praça do Comércio, sendo que o novo inquilino do antigo palácio passou a ser a Imprensa Régia, fundada em 1768. Esse edifício foi

demolido apenas em 1904 para dar lugar em 1913, após as obras de construção, ao edifício da Imprensa Nacional, que ainda hoje existe na Rua da Escola Politécnica.

A fotografia seguinte (fotografia 1), mostra de forma inédita na temática da Aula do Comércio, a primeira morada da mais antiga escola contabilidade de Portugal e, tudo assim o indica, do mundo:

Fot. 1: Aula do Comércio, 1759-1768: Palácio dos Soares de Noronha (na confluência das antigas Rua Direita da Fábrica das Sedas, actual Rua da Escola Politécnica, e Travessa do Pombal, actual Rua da Imprensa Nacional). Demolição em 1904. Freguesia de Santa Isabel, em 1759.



Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa – Fotográfico (AMLF) Palácio dos Soares de Noronha. Ano: 1894. Antigo edifício da Imprensa Nacional, José Artur Leitão Bârcia, A7674.

Com uma meritória existência autónoma de 85 anos (1759-1844), a Aula, encontrada decadente em sede de reorganização do ensino liceal levada a efeito em 1844 pelo decreto orgânico da instrução pública de 20 de Setembro, de iniciativa de Costa Cabral, foi rebaixada ao nível de ensino secundário, integrando a secção comercial do Liceu Nacional de Lisboa (Gonçalves, 2011).

4. A LACUNA DETECTADA NA PESQUISA SOBRE TEXTOS IMPRESSOS DA AULA DO COMÉRCIO

No século XVIII a Aula do Comércio registou a abertura de 11 cursos. Esses cursos abriram em Lisboa nos anos de 1759 (1.º curso), 1763 (2.º curso), 1767 (3.º curso), 1771 (4.º curso), 1776 (5.º curso), 1783 (6.º curso), 1787 (7.º curso), 1790 (8.º curso), 1792 (9.º curso), 1794 (10.º curso) e 1798 (11.º curso).

De acordo com Sales (1761, t. 1, fólio 214), João Henrique de Sousa pronunciou um “discurso eloquente” aquando da inauguração da Aula do Comércio em 1 de Setembro de 1759. Contudo, não foram até ao momento encontrados vestígios da impressão do texto.

A literatura reconhece que dos diversos cursos da Aula do Comércio apenas dois deles tiveram direito a um discurso inaugural que foi ao prelo: as orações de sapiências relativas ao 4.º Curso da Aula do Comércio (1771-1774) e ao 5.º Curso (1776-1783). Santana (1986c, p. 34) refere que a '*Oração para o 4.º Curso*' (título simplificado) é um dos elementos certamente mais conhecidos da Aula do Comércio. De facto, '*A Oração para a Abertura do Quarto Curso*' é um dos textos mais bem documentados da Aula do Comércio, havendo inclusivamente sido alvo de análise e leitura em 2009 no II Encontro de História da Contabilidade da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC) (cf. Gomes, 2009) e reproduzido em 2012 na íntegra por uma publicação científica brasileira (cf. Dias, 2012), o que sinaliza o interesse que a literatura tem dedicado aos escritos relacionados com a instituição que Pombal ajudou a fundar em 1759. Também Rodrigues *et al.* (2004, p. 61) integraram esta referência ao documento de Sales, impresso em 1771, aquando da publicação do 1.º artigo internacional de história da contabilidade por parte de académicos nacionais.

Numerosos autores referem a edição/impressão da '*Oração para a Abertura do 5.º curso*' (título simplificado) (e.g.: Silva³, 1867, p. 23; Ribeiro, 1871, p. 280; Azevedo, 1961, p. 24; Cardoso, 1984, p. 101; Serrão, 1982b, pp. 250-251), mas até ao momento, por uma razão qualquer, o documento nunca foi apresentado na literatura de forma integral. O texto foi impresso em 1776, a expensas da Junta do Comércio mas, por circunstâncias que desconhecemos, o opúsculo parece não constar do acervo documental das principais bibliotecas nacionais; e tampouco a localização do folheto é fornecida pela literatura de forma precisa, pelo menos tanto quanto é do nosso conhecimento. De facto, a consulta directa nos catálogos electrónicos dessas bibliotecas não devolve o resultado expectável, tanto mais quanto se sabe que o folheto foi impresso autonomamente na oficina (impressão) de António Rodrigues Galhardo, em 1776.

A publicação do documento afigura-se importante, uma vez que nos 85 anos de existência autónoma da Aula do Comércio (1759-1844), uma vez que se a obra científica dos lentes da Aula do Comércio permanece integralmente manuscrita, a obra produzida em termos de discurso inaugurais de cursos, havendo sido impressa, merece conhecer a luz do dia.

Em 21 de Agosto de 1776 o lente Sales apresentava o discurso inaugural por ocasião da abertura de mais um triénio de aprendizagem de comércio e contabilidade. Nesse ano, a Aula do Comércio promovia o seu quinto curso, aquele que veio a registar o maior número de alunos matriculados da história da instituição, 307 no total (Cardoso, 1984; Santana, 1985).

5. A ORAÇÃO DE SAPIÊNCIA, 1776 – DISCURSO DE ALBERTO JAQUÉRI DE SALES

O documento que abaixo se reproduz faz parte do acervo da Biblioteca da Universidade de Coimbra, como oportunamente se expôs:

³ A referência Silva (1867) pertence a Inocêncio Francisco da Silva (1810-1876), autor do monumental Dicionário Bibliográfico Português. Inocêncio refere que era proprietário de um exemplar impresso da '*Oração para a Abertura do 5.º Curso*' (Silva, 1867, p. 23). Assinale-se a feliz coincidência de Inocêncio ter sido aluno da Aula do Comércio, diplomado em 1830 (Silva, 1859, pp. 221-222).

5036

ORAÇÃO
PARA
A ABERTURA DO QUINTO CURSO
DA AULA
DO
COMMERCIO,
PRONUNCIADA
EM VINTE E HUM DE AGOSTO DE 1776
PELO LENTE DA MESMA AULA
ALBERTO JAQUÉRI
DE SALES.



9528

LISBOA

Na Offic. de ANTONIO RODRIGUES GALHARDO,
Impressor da Real Meza Censoria, e do Emin-
entissimo Senhor Cardial Patriarca.
MDCCLXXVI
Com licenſa da Real Meza Censoria.

ORAÇÃO
PARA
A ABERTURA DO QUINTO CURSO
DA
AULA DO COMMERCIO.



E de falar em publico, foi sempre arduo o empenho, quanto não deve ser o meu bem fundado receio, e justo temor; quando, no meio do mais intimo prazer, comparo a extrema fraqueza do meu ingenho, com a vastidão e sublimidade do assumpto; para poder celebrar, com as vozes da verdadeira eloquencia, a abertura do Quinto Curso da Aula do Commercio: E para poder pintar, com as mais vivas côres, a nossa incomparavel felicidade, neste faustissimo e suspirado dia? Dia este para sempre memoravel nos Fastos da Monarquia Portugueza, em que vimos fahir á luz do mundo, o objecto precioso das nossas esperanças, e dos nossos ardentez dezejos, o SERENÍSSIMO SENHOR D. JOZEPH PRIN-

(4)

PRINCIPE DA BEIRA.—A grandeza do seu animo, a bondade do seu coração, suas brilhantes virtudes, generozas disposições e sublimes inclinações, nos seus tenros annos, e na sua elevada situação, são juntamente o mais seguro e interessante penhor da nossa ventura; e da perpetua successão da sua AUGUSTÍSSIMA CAZA, NO REAL THRONO destes felicissimos Reinos; como todos ardentissimamente desejamos e imploramos.

Que bem fundada não deve pois ser a alegria, e eterna a gratidão de todo o corpo desta Aula em particular? congratulando-se da sua incomparavel ventura, na honrosissima graça, de celebrar-se este acto, no dia de tão festivas aclamações, e de tão favoraveis auspícios: E que generozos estímulos não se devem esperar destes discipulos, em concorrerem com a sua boa applicação, e incançaveis estudos, para eternizar a gloria da sua Nação, achando-se animados, e intimamente penetrados os seus corações do justo, e devido reconhecimento de tão exultante beneficio?

A' sombra de tão propícia, e nunca

assás

(5)

assás applaudida época, hê que se dá principio ao novo Curso desta Aula; estabelecida para nella se ensinar a Sciencia do Commercio: sciencia que, sendo fundada na segura baze das Mathematicas (o mais evidente dos conhecimentos humanos) deriva huma nova importancia da sua natureza, e do seu objecto.—Vejo desenvolver-se o entendimento á luz das verdades, que se lhe demonstrão; e a razão fahir do captiveiro da confusão, originada da falta de calculo e de methodo.—Vejo, na pratica do Commercio, as fontes inexauriveis, e o principio unico da opulencia, em que se fundão os solidos progressos da Agricultura, das Manufacturas, e da Navegação; e donde dimanão a perfeição das Artes, as invenções novas, o adiantamento de todas as outras sciencias; e por isso mesmo, a fama das Nações, o poder dos Estados, o respeito dos Reinos, a conservação das Monarquias, e a felicidade dos Povos.—Huma sciencia finalmente, que, longe de ser sujeita á experimentar alguma revolução prejudicial, se perpetuará firme até o fim dos seculos; porque em quanto

a ii

hou-

(6)

houver homens , existirá sempre entre elles huma mutua dependencia , e huma necessaria communicação dos bens da natureza , e da industria.

Este numerozo concurso de Alumnos , que se achão qualificados para serem admittidos ao estudo desta importante sciencia , mostra o quanto toda a Nação está intimamente persuadida da sua solida utilidade , e dos perduraveis fructos , que se esperaõ do exercicio do mesmo Commercio , para a Republica mercantil em geral , e para a Patria em particular.

Naõ vos lizonjiez porèm , amados discipulos , com a enganosa idéa , de que basta frequentar esta Aula , para corresponder a expectação publica , e para merecer , com este simples titulo , o vosso adiantamento.--Persuadi-vos , muito pelo contrario , na fórma declarada nos vossos Provimientos , e no Aviso , que logo vos será lido , que só pela vossa diligente applicação , pela vossa emulação , e pelos vossos progressos , podereis conseguir os fructos das vossas louvaveis fadigas.--Estudai pelo proprio interesse , para que tenhais sempre hum

(7)

hum seguro azylo no fundo da vossa mesma doutrina , que sirva para vos eximir das perdas e dos trabalhos , á que a ignorancia condemna huma grande parte dos homens.

Mostrai-vos sempre penetrados dos sentimentos da mais viva gratidão A MAGESTADE SOBERANA DO NOSSO AUGUSTISSIMO MONARCA , que se tem dignado instituir e fundar , com tanta grandeza , esta utilissima Academia : E que , como especial Protector do Commercio destes Reinos , tem feito completa a vossa esperançada felicidade , pelas sabias , e benignas disposições da Lei de 30 de Agosto de 1770.

Reconhecei , com a mais agradecida lembrança , a singular protecção , com que o maior MINISTRO DE ESTADO , que tem a Europa , favorece esta Aula ; e a generosissima benevolencia , com que se digna attender ao vosso adiantamento.--Procurai pois , de constituir-vos , cada vez , mais dignos do alto patrocínio do mesmo incomparavel Ministro , cujo glorioso e brilhante Ministerio se fará para sempre memoravel , nos Fastos da Historia , pelas inimitaveis e pro-

(8)

providentissimas direcções , com que promove , em toda a Monarquia , o mais acertado e triunfante governo.

Nunca vos esqueçais do muito que deveis ao Tribunal da Junta do Commercio , pela grande vigilancia e incançavel cuidado , com que attende á vossa instrução ; e pelo seu constante desejo de premiar os vossos bons estudos : Procurando fazer-vos uteis á vós , á vossas familias , e ao Publico ; naõ sómente com as lições proprias desta Aula , mas com todas as mais instrucções Civis ; que ornando o espirito , distinguem e accreditaõ os homens.

Fazei , finalmente , os vossos maiores esforços , para que seja fructuosa a execução , que á Mim me compete , para infundir-vos todas estas louvaveis doutrinas , como já proveitosamente , ellas se tem infundido nos vossos predecessores , que vos proponho para o exemplo , que deveis imitar.

Eu , pela minha , parte naõ cessarei de empregar-me , com o mais zeloso e constante disvelo , na boa direcção , e no credito desta Aula ; para que della continuem de

(9)

de resultar os saudaveis effeitos ; que se tem experimentado ; e que se devem successivamente esperar deste utilissimo estabelecimento ; para se perpetuar nesta Nação , com principios certos e invariaveis , a sciencia Theorica , e Prática do Commercio.

Disse.

6. CONCLUSÃO

Este artigo pretendeu constituir uma réplica ao repto de Rodrigues *et al.* (2013) para que se possa dispor de um espólio documental de antigos documentos da Aula do Comércio, devidamente catalogado e organizado, com especial referência a manuscritos dos lentes e de antigos aulistas. Alargámos o leque a textos impressos, contribuindo com a publicação de um discurso inaugural proferido em 1776 pelo lente Alberto Jaquéri de Sales, por ocasião da abertura do 5.º Curso da Aula do Comércio.

Este trabalho adoptou uma dimensão da contabilidade abrangente. Assume-se que a contabilidade não tem apenas uma faceta quantitativa ou de ordem numérica; também pode ser constituída por textos produzidos por professores de contabilidade, no caso concreto, por um professor de contabilidade por partidas dobradas, talvez o primeiro a exercer esse magistério em Portugal.

Desde o século XVI que na Europa o uso da contabilidade por partidas dobradas é considerado exemplo de boa gestão, quer nos governos, quer nos negócios (Soll, 2014, p. 10). A contabilidade por partidas dobradas leccionada e aprendida na Aula do Comércio foi fundamental para os propósitos de Pombal relacionados com o controlo da gestão das organizações nas quais se encontrava obrigatoriamente instituída por força dos estatutos societários. “O Marquês de Pombal, um estudioso da governação, compreendeu que a contabilidade por partidas dobradas era fundamental para os programas de modernização do Estado” (Soll, 2014, p. 11).

Este é um trabalho em progresso. Como tal, ele padece naturalmente de duas limitações claras, a saber: não foi apresentado o contexto político, económico e social inerente à época do discurso aqui apresentado (ano de 1776) e também não foi explorado o texto da oração de sapiência e a correspondência do mesmo com o ideário pombalino ainda em vigor à época. Estas limitações configuram por isso mesmo avenidas de investigação a percorrer nas próximas etapas da pesquisa.

REFERÊNCIAS

- Almodovar, A. e Cardoso, J. L. (2012), “Textbooks and the teaching of political economy in Portugal, 1759-1910”. In Augello, M. M. e Guidi, M. E. L. (2012), *The Economic Reader – Textbooks, Manuals and the Dissemination of the Economic Sciences During the Nineteenth and Early Twentieth Centuries*. Nova Iorque: Routledge (pp. 189-213).
- Anónimo (1764), *Ao Senhor João Henriques de Sousa, Primeiro Professor Público que foi da Real Aula do Comércio de Lisboa e Escrivão do Tesoureiro-Mor do Régio Erário*. Lisboa: Oficina de Pedro Ferreira.
- Azevedo, M. C. (1961), *A Aula do Comércio, Primeiro Estabelecimento de Ensino Técnico Profissional Oficialmente Criado no Mundo*. Lisboa: Escola Comercial Ferreira Borges.
- Bonavie, J. B. (1758), *Mercador Exacto nos seus Livros de Contas [...]*. Lisboa: Oficina de Miguel Manescal da Costa.
- Caiado, A. P. (2000), “The teaching of accounting in Aula do Comércio (1759-1844)”. Comunicação apresentada ao 8th *World Congress of Accounting Historians* (Madrid, 19-21 Jul.), pp. 1-9.
- Cardoso, J. L. (1984), “Uma ‘notícia esquecida’: o ensino da Economia na Aula do Comércio”. *Estudos de Economia* 5(1), pp. 87-112.
- Carqueja, H. O. (2000), “Os livros portugueses até início do século XX”. *Revista de Contabilidade e Comércio* 226, p. 206.
- Carqueja, H. O. (2010), *Arte da Escritura Dobrada que Ditou na Aula do Comércio João Henrique de Sousa Copiada para Instrução de José Feliz Venâncio Coutinho no Ano de 1765 – Comentário. Fac-Símile e Leitura*. Lisboa: OTOC.
- Carqueja, H. O. (2011), ““Mercador exacto” - primeiro livro, impresso, em português sobre partidas dobradas”. *Revista Portuguesa de Contabilidade* 4, pp. 609-644.

- Dias, T. A. (2012), "Oração da abertura do quarto curso da aula do comércio proferida pelo professor Alberto Jaquéri de Sales, em 15 de Fevereiro de 1771". *Revista Educação em Questão* 42(28), pp. 338-341.
- Estevens, M. (2009), "Classe média: o universo provável dos discentes da Aula do Comércio?". *Revista de Contabilidade & Finanças* [Lisboa, Portugal] 99, pp. 4-8.
- Faria, A. R. (2005), "A investigação em história da contabilidade em Portugal, 1990-2003: um estudo empírico". In Guimarães, J. C. (2005) (org.), *História da Contabilidade em Portugal – Reflexões e Homenagens*. Lisboa: Áreas Editora (pp. 199-249).
- Ferreira, L., Kedsle, M. e Freitas, M. V. (1995), "The history of Accounting in Portugal, with special reference to the Aula do Comercio". Comunicação apresentada ao 18th *European Accounting Association Annual Congress* (Birmingham, 10-12 Mai.), pp. 1-22.
- Franco, A. L. e Paixão, J. C. (1995), *Magistrados, Dirigentes e Contadores do Tribunal de Contas e das Instituições que o Precederam: Finais do século XVIII a 31-12-1992*. Lisboa: Tribunal de Contas.
- Gomes, D. (2007), *Accounting Change in Central Government: the Institutionalization of Double Entry Bookkeeping at the Portuguese Royal Treasury (1761-1777)*. Braga: Universidade do Minho; Escola de Economia e Gestão. Tese de Doutoramento em Ciências Empresariais, especialização em Contabilidade.
- Gomes, D. (2009), "A Aula do Comércio e a sua importância para a profissão de contabilista". Comunicação apresentada ao *II Encontro de História da Contabilidade da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas* (Lisboa e Santa Maria da Feira, 5-6 Jun.), pp. 1-27.
- Gomes, D., Carnegie, G. D. e Rodrigues, L. L. (2008), "Accounting change in central government: the adoption of double entry bookkeeping at the Portuguese Royal Treasury (1761)". *Accounting, Auditing and Accountability Journal* 21(8), pp. 1144-1184.
- Gomes, D., Carnegie, G. D. e Rodrigues, L. L. (2014), "Accounting as a technology of government in the Portuguese Empire: the development, application and enforcement of accounting rules during the pombaline era (1761-1777)". *European Accounting Review* 23(1), pp. 87-115.
- Gonçalves, M. (2010a), "Escola de Comércio e memória histórica dos primeiros professores e estudantes de Contabilidade (Parte I)". *Revista da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas* 127, pp. 56-64.
- Gonçalves, M. (2010b), "Escola de Comércio e memória histórica dos primeiros professores e estudantes de Contabilidade (Parte II)". *Revista da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas* 128, pp. 47-54.
- Gonçalves, M. (2010c), "Análise estatutária das normas atinentes à regulação da Aula de Comércio de Lisboa (1759): uma reflexão adicional". *Jornal de Contabilidade* 399, pp. 164-167.
- Gonçalves, M. (2010d), "Bosquejo de uma sucinta História da Contabilidade em Portugal até à fundação da primeira escola de Comércio e Contabilidade (1759)". *Revista Universo Contábil* 6(4), pp. 89-103.
- Gonçalves, M. (2011), "Explorando a relação Ensino-Contabilidade: genealogia da Aula de Comércio Lisboaeta, 1759". *Revista de Contabilidade & Finanças* [Lisboa, Portugal] 104, pp. 4-12.
- Gonçalves, M. (2013a), "Emergência e desenvolvimento da contabilidade por partidas dobradas. Traços gerais de um homem de negócios da praça de Lisboa: José Francisco da Cruz, tesoureiro-geral do Erário Régio português, 1761". *Revista Portuguesa de Contabilidade* 3(12), pp. 669-696.
- Gonçalves, M. (2013b), "Double entry bookkeeping in 18th century Portugal: José Francisco da Cruz – a forgotten contributor". Comunicação apresentada à *7th Accounting History International Conference* (Sevilha, 25-27 Set.), pp. 1-20.
- Gonçalves, M., Lira, M. e Marques, C. (2013), "Finanças públicas e Contabilidade por partidas dobradas: uma visita guiada pela literatura sobre as três figuras cimeiras do Erário Régio Português, 1761". *Revista Universo Contábil* 9(2), pp. 142-173.

- Gonçalves, M. e Marques, C. (2015), "Portugal, 1761: the role of the businessman José Francisco da Cruz (1717-1768) in the development of accounting". *Accounting and Financial History Research Journal* 8, pp. 239-259.
- Gonçalves da Silva, F. V. (1948a), "Luca Pacioli: o homem e a obra". *Revista de Contabilidade e Comércio* 61/62, pp. 5-27.
- Gonçalves da Silva, F. V. (1948b), "Curiosidades e velharias: o livro de João Baptista Bonavie". *Revista de Contabilidade e Comércio* 63, pp. 226-227.
- Gonçalves da Silva, F. V. (1984), "Bosquejo duma sucinta história da contabilidade em Portugal". *Revista de Contabilidade e Comércio* 187/192, pp. 503-514.
- Gonçalves da Silva, F. V. (1985), *Curiosidades, Velharias e Miudezas Contabilísticas* (2.^a ed.). Lisboa: Editorial Império.
- Gordon, C. (1937), *The Institute of Chartered Accountants in England and Wales. Library Catalogue, Volume Two: the Bibliography of Bookkeeping*. London: ICAEW.
- Guimarães, J. C. (2005) (org.), *História da Contabilidade em Portugal – Reflexões e Homenagens*. Lisboa: Áreas Editora.
- Hernández Esteve, E. (2013), "Portuguese and Spanish languages traditions". In Biondi, Y. e Zambon, S. (2013) (eds.), *Accounting and Business Traditions: Insights from National Traditions*. Routledge: New York, EUA e Oxon, UK (pp. 443-484).
- Júnior, J. R. (2004), *Colonização e Monopólio no Nordeste Brasileiro* (2.^a ed.). São Paulo: Hucitec.
- Lira, M. (2010), "Breve análise de um manuscrito do século XVIII: Arte da Escritura Dobrada, para instrução de José Feliz Venâncio Coutinho". *Jornal de Contabilidade* 405, pp. 367-374.
- Lira, M. (2011), "O ensino da Contabilidade em Portugal no século XVIII: a Aula do Comércio". *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade* 5(1), pp. 50-72.
- Lopes Amorim, J. (1968), *Digressão Através do Vetusto Mundo da Contabilidade*. Porto: Livraria Avis.
- Macedo, J. B. (1971), "Pombal, Marquês de (1699-1782)". In Serrão, J. (1971) (org.), *Dicionário de História de Portugal* (vol. 3). Lisboa: Iniciativas Editoriais (pp. 415-423).
- Macedo, J. B. (1982), *A Situação Económica no Tempo de Pombal* (2.^a ed.). Lisboa: Moraes Editores.
- Macedo, J. B. (1984), "Junta do Comércio". In Serrão, J. (1984) (org.), *Dicionário de História de Portugal* (vol. 2). Porto: Figueirinhas (pp. 106-108).
- Machado, C. (2009), "A importância das reformas pombalinas do ensino na evolução da Contabilidade". *Revista de Contabilidade & Finanças* [Lisboa, Portugal] 98, pp. 4-8.
- Magalhães, A. C. (2010), *A Real Fábrica das Sedas e o Comércio Têxtil com o Brasil (1734-1822)*. Lisboa: Universidade de Lisboa; Faculdade de Letras. Dissertação de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão.
- Marcos, R. (1997), *As Companhias Pombalinas – Contributo para a História das Sociedades por Acções em Portugal*. Coimbra: Almedina.
- Martins, E. (1937), "A Aula do Comércio". *Revista de Contabilidade e Comércio* 19, pp. 262-265.
- Martins, E. (1944), "Ensaio de bibliografia portuguesa de Contabilidade". *Revista de Contabilidade e Comércio* 47/48, pp. 260-278.
- Martins, E. (1960), *A Aula do Comércio: 1759*. Lisboa: [s.n.].
- Moreira, A. (1977), *Inventário do Fundo Geral do Erário Régio – Arquivo do Tribunal de Contas*. Lisboa: Tip. Minerva do Comércio.
- Moreira, A. (1983), "O regimento secretíssimo da Real Fábrica das Sedas – 1757. Subsídios para a história da sericultura em Portugal". *Revista da Biblioteca Nacional* 3(1-2), pp. 75-104.
- Neves, J. A. (1827), *Noções Históricas, Económicas e Administrativas sobre a Produção e Manufatura das Sedas em Portugal e Particularmente sobre a Real Fábrica do Subúrbio do Rato e suas Anexas*. Lisboa: Impressão Régia.
- Oliveira, I. G. (2009), "A Contabilidade da Real Companhia Velha no período pombalino (1756-1777)". *Jornal de Contabilidade* 392, pp. 361-374.

- Oliveira, J. M. (2013), *A Contabilidade e o Equilíbrio de Interesses: o caso da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-1826)*. Porto: Universidade do Porto; Faculdade de Economia. Tese de Doutoramento em Ciências Empresariais, área de Contabilidade.
- Pedreira, J. (1995), *Os Homens de Negócio da Praça de Lisboa. De Pombal ao Vintismo. Diferenciação, Reprodução e Identificação de um Grupo Social*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Tese de Doutoramento em Sociologia, especialização em Sociologia e Economia Históricas.
- Pequito, R. A. (1875), *Curso de Contabilidade Comercial*. Lisboa: Livraria Pacheco & Carmo.
- Pinto, O. (2008), "A contabilidade e o negócio dos escravos na Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão". Comunicação apresentada ao *I Encontro de História da Contabilidade da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas* (Lisboa e Porto, 26-27 Set.).
- Pinto, O. (2009), "As companhias como instrumento de concretização da política do Estado - o caso da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão". Comunicação apresentada ao *II Encontro de História da Contabilidade da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas* (Lisboa e Santa Maria da Feira, 5-6 Jun.).
- Pinto, O. e West, B. (2012), "Humans as cost objects: 18th century Portuguese slave trading". Comunicação apresentada ao *13th World Congress of Accounting Historians* (Newcastle, 17-19 Jul.).
- Ratton, J. (1813), *Recordações de Jacome Ratton sobre Ocorrências do seu Tempo em Portugal, Durante o Lapso de Sessenta e Três Anos e Meio, aliás de Maio 1747 a Setembro de 1810*. Londres: H. Bryer.
- Ribeiro, J. S. (1871), *Historia dos Estabelecimentos Científicos, Literários e Artísticos de Portugal nos Sucessivos Reinados da Monarquia* (vol. 1). Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências.
- Ricardino, Á. (2012), "A contabilidade na Aula de Comércio de Portugal em 1765: diferenças e semelhanças com a contabilidade actual". *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade* 6(3), pp. 316-342.
- Ricardino, Á. e Martins, S. T. A. (2004), "Governança corporativa: um novo nome para práticas antigas?". *Revista Contabilidade & Finanças* [São Paulo, Brasil] 15(36), pp. 50-60.
- Rodrigues, L. L. (2009), "Entrevista à Prof.^a Lúcia Lima Rodrigues". In Pinto, J. (2009), *O Ensino da Contabilidade na FEP – o Contributo do Prof. J. A. Sarmento*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Economia. Dissertação de Mestrado em Contabilidade (pp. 119-129).
- Rodrigues, L. L., Carqueja, H. O. e Ferreira, L. F. (2013), "As partidas dobradas e as postilas dos dois primeiros lentes da Aula do Comércio". Comunicação apresentada ao *VI Encontro de História da Contabilidade da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas* (Lisboa, 6 Nov.), pp. 1-44.
- Rodrigues, L. L. e Craig, R. (2004), "English mercantilist influences on the foundation of the Portuguese School of Commerce. *Atlantic Economic Journal* 32(4), pp. 329-345.
- Rodrigues, L. L. e Craig, R. (2009), "Teachers as servants of state ideology: Sousa and Sales, Portuguese School of Commerce, 1759-1784". *Critical Perspectives on Accounting* 20(3), pp. 379-398.
- Rodrigues, L. L. e Craig, R. (2010), "Os dois primeiros professores da Aula de Comércio e a ideologia do Estado". *Revista da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas* 126, pp. 44-55.
- Rodrigues, L. L. e Gomes, D. (2002), "Evolução da profissão dos TOC em Portugal: do Marquês de Pombal até aos nossos dias". *Jornal de Contabilidade* 302, pp. 131-141.
- Rodrigues, L. L., Gomes, D. e Craig, R. (2003), "Corporatism, Liberalism and the accounting profession in Portugal since 1755". *The Accounting Historians Journal* 30(1), pp. 95-128.
- Rodrigues, L. L., Gomes, D. e Craig, R. (2004), "Portuguese School of Commerce, 1759-1844: a reflection of the 'Enlightenment'". *Accounting History* 9(3), pp. 53-71.
- Rodrigues, L. L., Ricardino, Á. e Martins, S. T. A. (2009), "Corporate governance regulations": a new term for an ancient concern? The case of Grão Pará and Maranhão General Trading Company in Portugal (1754)". *Accounting History* 14(4), pp. 405-435.

- Rodrigues, L. L. e Sangster, A. (2012), “‘Public-Private Partnerships’: the Portuguese General Company of Pernambuco and Paraíba”. *Business History* 54(7), pp. 1142-1165.
- Rodrigues, M. B. (1996a), “A Carta de Lei de 22 de Dezembro de 1761 sobre a extinção dos Contos e a criação do Real Erário (parte 1)”. *Jornal de Contabilidade* 232, pp. 185-188.
- Rodrigues, M. B. (1996b), “A Carta de Lei de 22 de Dezembro de 1761 sobre a extinção dos Contos e a criação do Real Erário (parte 2)”. *Jornal de Contabilidade* 233, pp. 222-223.
- Rodrigues, M. B. (1996c), “A Carta de Lei de 22 de Dezembro de 1761 sobre a extinção dos Contos e a criação do Real Erário (parte 3)”. *Jornal de Contabilidade* 235, pp. 277-279.
- Rodrigues, M. B. (1996d), “A Carta de Lei de 22 de Dezembro de 1761 sobre a extinção dos Contos e a criação do Real Erário (parte 4)”. *Jornal de Contabilidade* 236, pp. 309-311.
- Rodrigues, M. B. (1996e), “A Carta de Lei de 22 de Dezembro de 1761 sobre a extinção dos Contos e a criação do Real Erário (parte 5)”. *Jornal de Contabilidade* 237, pp. 345-346.
- Rodrigues, M. B. (2000), “Carta de Lei de 22 de Dezembro de 1761 sobre a extinção dos Contos e a criação do Real Erário”. *Revista de Contabilidade e Comércio* 226, pp. 361-414.
- Rodrigues, M. B. (2011a), *O Erário Régio e as Contas do Reino no ano de 1765: o Poder e a Contabilidade*. Lisboa: ISCTE; Departamento de História. Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea.
- Rodrigues, M. B. (2011b). “Os homens do Erário Régio”. *Pecunia* 13 [Revista de la Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales de la Universidade de León], pp. 59-81.
- Rómulo de Carvalho (2008), *História do Ensino em Portugal - desde a Fundação da Nacionalidade até ao Fim do Regime de Salazar-Caetano* (4.ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Rossa, W. (1998), *Além da Baixa: Índícios de Planeamento Urbano na Lisboa Setecentista*. Lisboa: Ministério da Cultura (Instituto Português do Património Arquitectónico).
- Sales, A. J. (1761-1773), *Dicionário do Comércio*. Manuscrito. Biblioteca Nacional de Portugal.
- Sales, A. J. (1771), *Oração que com o Motivo da Abertura do Quarto Curso da Aula do Comércio fez Alberto Jaquéri de Sales em 15 de Fevereiro de 1771*. Lisboa: Régia Oficina Tipográfica.
- Sales, A. J. (1776), *Oração para a Abertura do Quinto Curso da Aula do Comércio pronunciada em vinte e um de Agosto de 1776 pelo Lente da mesma Aula Alberto Jaquéri de Sales*. Lisboa: Oficina de António Rodrigues Galhardo.
- Santana, F. (1970a), “Um notável setubalense ausente do tríptico de Luciano – João Henriques de Sousa”. *In Notícias de Setúbal* 431, 17 de Outubro de 1970, p. 1 e p. 4.
- Santana, F. (1970b), “Locais de funcionamento da Aula do Comércio”. *Revista Municipal - Lisboa* 126/127 (3.º e 4.º trimestres), pp. 23-34.
- Santana, F. (1974), *Contributo para um Dicionário de Professores e Alunos das Aulas de Comércio*. Lisboa: Associação Comercial de Lisboa - Câmara de Comércio.
- Santana, F. (1985), “A Aula do Comércio: uma escola burguesa em Lisboa”. *Ler História* 4, pp. 19-30.
- Santana, F. (1986a), “A Aula do Comércio de Lisboa. I – antecedentes”. *Lisboa - Revista Municipal* (2.ª série) 16, 2.º trimestre, pp. 18-37.
- Santana, F. (1986b), “A Aula do Comércio de Lisboa. II – relance sobre a vida de uma escola”. *Lisboa - Revista Municipal* (2.ª série) 16, 2.º trimestre, pp. 18-37.
- Santana, F. (1986c), “A Aula do Comércio de Lisboa. III – dos programas aos exames (parte 1)”. *Lisboa - Revista Municipal* (2.ª série) 18, 4.º trimestre, pp. 24-39.
- Santana, F. (1987a), “A Aula do Comércio de Lisboa. III – dos programas aos exames (parte 2)”. *Lisboa - Revista Municipal* (2.ª série) 19, 1.º trimestre, pp. 41-54.
- Santana, F. (1987b), “A Aula do Comércio de Lisboa. IV – dos programas aos exames (continuação)”. *Lisboa - Revista Municipal* (2.ª série) 20, 2.º trimestre, pp. 45-59.
- Santana, F. (1987c), “A Aula do Comércio de Lisboa. V – abecedário de lentes e aulistas”. *Lisboa - Revista Municipal* (2.ª série) 21, 3.º trimestre, pp. 23-34.
- Santana, F. (1987d), “A Aula do Comércio de Lisboa. VI”. *Lisboa - Revista Municipal* (2.ª série) 22, 4.º trimestre, pp. 41-48.

- Santana, F. (1988). “A Aula do Comércio de Lisboa. VII (conclusão)”. *Lisboa – Revista Municipal* (2.^a série) 23, 1.^o trimestre, pp. 19-30.
- Santana, F. (1994), “Aula do Comércio”. In Santana, F. e Sucena, E. (orgs.) (1994), *Dicionário da História da Lisboa*. Mem Martins: Europam (pp. 114-115).
- Serrão, J. V. [Joaquim Veríssimo] (1982a), *O Marquês de Pombal – o Homem, o Diplomata e o Estadista*. Lisboa: Câmara Municipal; Oeiras: Câmara Municipal; Pombal: Câmara Municipal.
- Serrão, J. V. [Joaquim Veríssimo] (1982b), *História de Portugal. O Despotismo Iluminado (1750-1807)* (vol. 6). Lisboa: Editorial Verbo.
- Silva, I. F. (1859), *Dicionário Bibliográfico Português – Estudos de Inocêncio Francisco da Silva Aplicáveis a Portugal e ao Brasil* (vol. 3). Lisboa: Imprensa Nacional.
- Silva, I. F. (1867), *Dicionário Bibliográfico Português – Estudos de Inocêncio Francisco da Silva Aplicáveis a Portugal e ao Brasil* (vol. 8). Lisboa: Imprensa Nacional.
- Soll, J. (2014), *O Ajuste de Contas – como os Contabilistas Governam o Mundo desde os Médicis à Actualidade*. Trad. do inglês por Cristina Rodriguez e Artur Guerra. Alfragide: Lua de Papel.
- Sousa, F. e Pereira, C. (2008), *O Brasil, o Douro e a Real Companhia Velha (1756-1834)*. Porto: CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.
- Stevelinck, E. (1970), *La Comptabilité à Travers les Âges*. Bruxelles: Bibliothèque Royale Albert 1^{er}.
- Vlaemminck, J-H. e González Ferrando, J. M. (1961), *Historia y doctrinas de la contabilidad* [versión española revisada y ampliada por Jose María González Ferrando]. Madrid: Editorial E.J.E.S.
- Yamey, B. (1969), “Early Portuguese treatises on bookkeeping and accounts”. *Accountancy* 80(912), pp. 581-582.

LEGISLAÇÃO

- .Alvará Real de 7 de Junho de 1755 – *Estatutos (gerais) da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão* (data da aprovação régia dos Estatutos). Coleção da Legislação Portuguesa desde a última compilação das Ordenações redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva. Legislação de 1750 a 1762. Lisboa: Tipografia Maignense. Ano 1830 (pp. 376-391).
- .Alvará Real de 10 de Setembro de 1756 – *Estatutos (gerais) da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro* (data da aprovação régia dos Estatutos). Coleção da Legislação Portuguesa desde a última compilação das Ordenações redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva. Legislação de 1750 a 1762. Lisboa: Tipografia Maignense. Ano 1830 (pp. 426-442).
- .Decreto de 12 de Dezembro de 1756 – *Estatutos da Junta do Comércio*. Coleção da Legislação Portuguesa desde a última compilação das Ordenações redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva. Legislação de 1750 a 1762. Lisboa: Tipografia Maignense. Ano 1830 (pp. 458-479).
- .Alvará Real de 6 de Agosto de 1757 – *Estatutos da Real Fábrica das Sedas* (data da aprovação régia dos Estatutos). Coleção da Legislação Portuguesa desde a última compilação das Ordenações redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva. Legislação de 1750 a 1762. Lisboa: Tipografia Maignense. Ano 1830 (pp. 540-545).
- .Alvará Real de 19 de Maio de 1759 – *Estatutos da Aula do Comércio* (data da aprovação régia dos Estatutos). Coleção da Legislação Portuguesa desde a última compilação das Ordenações redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva. Legislação de

1750 a 1762. Lisboa: Tipografia Maignense. Ano 1830 (pp. 655-660).

.Alvará Real de 13 de Agosto de 1759 – *Estatutos (gerais) da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba* (data da aprovação régia dos Estatutos). Colecção da Legislação Portuguesa desde a última compilação das Ordenações redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva. Legislação de 1750 a 1762. Lisboa: Tipografia Maignense. Ano 1830 (pp. 695-713).

.Carta de Lei de 22 de Dezembro de 1761 – *Instituição do Erário Régio e Extinção da Casa dos Contos*. Colecção da Legislação Portuguesa desde a última compilação das Ordenações redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva. Legislação de 1750 a 1762. Lisboa: Tipografia Maignense. Ano 1830 (pp. 816-835).

.Alvará Real de 15 de Janeiro de 1773 – *Estatutos da Companhia Geral das Reais Pescarias do Reino do Algarve* (data da aprovação régia dos Estatutos). Colecção da Legislação Portuguesa desde a última compilação das Ordenações redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva. Legislação de 1763 a 1774. Lisboa: Tipografia Maignense. Ano 1829 (pp. 631-639).